

PLANO NACIONAL DO LIVRO E DO MATERIAL DIDÁTICO: CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL E SEUS EFEITOS NA REGULAÇÃO DA DOCÊNCIA¹

Aliciane Hartwig Zarnott²
Ana do Carmo Goulart Gonçalves³
Maria Renata Alonso Mota⁴

Este resumo apresenta reflexões que estão sendo tecidas na dissertação que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. O estudo está inserido na linha de pesquisa Políticas Educacionais e Currículo e tem como temática os Livros Didáticos na Educação Infantil a partir do Plano Nacional do Livro e do Material Didático - PNLD 2022. O Edital N° 02/2020 é o documento que publicou o programa, que se destina para a etapa da Educação Infantil e que embasa este estudo.

Desta forma, a pesquisa tem como problema responder a seguinte pergunta: Quais concepções sobre infâncias e Educação Infantil circulam nos Livros Didáticos para a Educação Infantil no Edital do PNLD n° 02/2020 e quais efeitos produzem na condução da docência? Diante disso, o objetivo geral da dissertação é analisar as concepções sobre as infâncias e a Educação Infantil que são veiculados e produzidos nos Livros Didáticos para a Educação Infantil aprovados pelo PNLD 2022 e seus efeitos na condução do trabalho docente da Educação Infantil e possui alguns objetivos específicos sendo eles: Realizar um levantamento de dados acerca da utilização dos Livros Didáticos aprovados pelo PNLD 2022 na Educação Infantil na região sul do estado do Rio Grande do Sul; Problematizar as concepções de infância e de Educação Infantil encontradas no material analítico, e refletir sobre os efeitos que o uso do Livro Didático ocasiona no fazer docente da Educação Infantil.

Uma das justificativas para desenvolver esta pesquisa se deu pelo fato de que o PNLD destinado para a Educação Infantil ainda é uma política recente, fazendo questionar e problematizar sobre o uso dos Livros Didáticos no cotidiano da Educação Infantil.

¹ Dissertação ainda em fase de conclusão, desenvolvida dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

² Graduada no Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG; Mestranda em Educação do Curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, alicianezarnott@gmail.com;

³ Doutora em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, acarmogg@gmail.com

⁴ Professor orientador: Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, professora do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, mariarenata.alonso@gmail.com.

A pesquisa está sendo desenvolvida através de uma metodologia qualitativa documental. De acordo com Bogdan e Biklen (1994, p. 16), “os dados recolhidos são designados por qualitativos, que significa que são ricos em pormenores, (...) com o objetivo de investigar os fenômenos em toda sua complexidade [...]”. No que diz respeito à pesquisa documental dialogamos com Le Goff (2013) e Cellard (2012) de forma a auxiliar na compreensão da pesquisa documental.

A obra analisada é a “Desafios Educação Infantil – Pré escola I, volumes I e II da Editora Moderna”. Para chegar a este material, além de alguns critérios estabelecidos, foi realizado um levantamento acerca da utilização do Livro Didático na Educação Infantil junto as cidades que abrangem a região sul do Estado do Rio Grande do sul, de forma a auxiliar no delineamento do corpus analítico. A referida obra foi a que mais apareceu no levantamento realizado.

Importante salientar que esta pesquisa transcorre dentro da perspectiva pós-estruturalista, com aproximações com o pensamento de Michel Foucault. Em razão disso, utilizamos como ferramenta analítica, apoiada em Foucault, o conceito de governo biopolítico.

Ao escolher trabalhar com o governo biopolítico como ferramenta analítica, é importante salientar que Foucault (1995) descreve que o termo governar é “a maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos” (FOUCAULT, 1995, p.244). Nesse sentido, pensando e dialogando com Foucault, compreendemos o governo como um conjunto de ações que tem como objetivo governar a população através de estratégias e práticas que se exercem sobre os sujeitos ou sobre si mesmo. Neste viés, Veiga-Neto (2019) descreve que “se compreendermos a educação como o conjunto de ações pelas quais uns conduzem os outros, logo compreendemos que ela ocupa lugar de honra nos estudos sobre governo” (VEIGA-NETO, 2019, p. 53).

Com isso, podemos pensar: Será que o uso do Livro Didático pelas crianças na Educação Infantil, não pode se tornar uma das formas de conduzir as crianças, tornando-se uma forma de governo das infâncias? Será que o Livro Didático incide somente sobre o governo da infância ou ele incide também sobre a prática pedagógica? Será que não há o governo da conduta das professoras? Segundo Bujes (2002), o “governo como nos diz Foucault seria uma ação sobre o campo eventual da conduta alheia, uma ação sobre ações presumidas, possíveis. O modo como o poder se exerce e é exercido para administrar a conduta” (BUJES, 2002, p.78.) Nesta esteira, é importante colocar também sobre a biopolítica. Foucault (1999) atribuiu o termo para designar uma das modalidades de exercício de poder sobre a vida vigentes desde o século XVIII.

Por isso, com base nas reflexões tecidas no desenvolvimento da pesquisa, consideramos o uso dos Livros Didáticos na Educação Infantil como uma forma de governo biopolítico das infâncias e da condução da docência, pois segundo Santaiana, Silva e Gonçalves (2021):

Pode-se afirmar que, por meio de uma série de medidas legais, normativas e regulatórias, é possível tomar a Educação Infantil como campo de governo da população infantil. As evidências demonstram quando lhe são imputadas através de marcos legais como leis, decretos e estatutos, ações como políticas e programas que visam formar sujeitos à determinada sociedade. (SANTAIANA, SILVA e GONÇALVES, 2021, p.08).

Atualmente, a Educação Infantil é respaldada através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (1996), que firma a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. A Educação Infantil possui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – DCNEI (2009) como um documento de caráter mandatório que orienta a formulação de políticas, além de trazer subsídios para pensar o planejamento, desenvolvimento e avaliação do cotidiano da Educação Infantil. Segundo o próprio documento:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil. (BRASIL, 2009, p. 11)

Desta maneira, as DCNEI (2009) podem/devem orientar a construção/revisão do Projeto Político-Pedagógico e informar as famílias das crianças matriculadas na Educação Infantil sobre as perspectivas de trabalho pedagógico que podem ocorrer. Neste documento, encontramos toda a organização proposta para esta etapa da Educação Básica. No referido documento, também encontramos disposto a definição de Educação Infantil, sendo:

Primeira etapa da Educação Básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial. (BRASIL, 2009).

Também aponta a concepção de criança, destacando que ela é “Sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009, p.12)

O documento, segue expressando as definições e concepções que nos auxiliam no fazer docente da Educação Infantil. Assim, nas DCNEI é expresso que as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo as mais diversas experiências para as crianças, onde “as

creches e pré-escolas, na elaboração da proposta curricular, de acordo com suas características, identidade institucional, escolhas coletivas e particularidades pedagógicas, estabelecerão modos de integração dessas experiências” (BRASIL, 2009, p. 27).

Porém, percebemos que nos últimos anos algumas políticas vêm sendo instituídas no Brasil em direções contrárias às conquistas da Educação Infantil ao longo de sua trajetória. Os Livros Didáticos destinados para a Educação Infantil a partir do Edital de convocação N°02/2020 que dispõe sobre o PNLD 2022 – Plano Nacional do Livro e do Material Didático configuram-se com um dos aspectos que podem trazer efeitos para a Educação Infantil.

No momento a pesquisa encontra-se em processo analítico, sendo que foram delineados dois eixos de análise para auxiliar a responder o problema de pesquisa. A seguir, apresentamos brevemente alguns dos achados do estudo.

No primeiro eixo, buscamos olhar para as concepções de infância e Educação Infantil presentes no material analítico. Neste movimento de análise inicial foi possível perceber primeiramente que durante todo o livro (tanto no volume I quanto no volume II) a expressão Infância aparece uma única vez. Também foi possível perceber que há uma concepção de criança pautada exclusivamente no tempo cronológico, focando apenas no desenvolvimento sequencial. Ou seja, primeiro a criança “aprende” o número 1, para depois aprender o número 2, depois o 3, etc. É importante destacar que ao longo da obra, tudo é sistematizado sempre da mesma maneira, tornando-se em uma aprendizagem mecânica.

Com base nisso, percebemos que a concepção de Educação Infantil presente na obra analisada está embasada em uma educação preparatória para os anos iniciais do Ensino Fundamental. Isso fica evidente no material e vai de encontro com às DCNEI e outros documentos que norteiam a prática pedagógica na Educação Infantil. A expressão “preparar para” aparece incansavelmente nos livros. A obra carrega a concepção de que a pré-escola deve preparar as crianças para o Ensino Fundamental. Nesse sentido, corroboro com Carvalho (2014), sinalizando que “o desenvolvimento da prontidão das crianças para a escola e para a vida não é apenas um slogan econômico, mas um imperativo que tem sido traduzido em políticas de escolarização contemporâneas” (CARVALHO, 2014, p. 15 e 16).

Também foi possível perceber que os Livros Didáticos se configuram como uma estratégia de fazer implementar a BNCC –Base Nacional Comum Curricular entrar em ação, no cotidiano, na docência. Nesse sentido, percebemos o governmento biopolítico no fazer docente da Educação Infantil, pois “os materiais didáticos em questão funcionam como recurso para a condução das docentes em suas condutas. Trata-se de uma forma de governar” (BORGES e GARCIA, 2019, p. 213). Com isso, acreditamos que a utilização do Livro Didático ou de

qualquer material didático em si, dentro da etapa da Educação Infantil sem pesquisa, problematização, questionamentos, etc. já é um efeito do governo biopolítico que regula a docência. Um “passo a passo” explícito nos livros, que não abrem espaço para nada.

É importante destacar que o estudo ainda está em processo de análise, ou seja, ele ainda não foi concluído em sua totalidade, mas acreditamos que as discussões iniciais são potentes para refletir sobre os efeitos que o Livro Didático na Educação Infantil ocasiona no currículo e na prática pedagógica das professoras desta etapa da Educação Básica.

Palavras-chave: PNLD, Educação Infantil, regulação da docência, governo biopolítico.

REFERÊNCIAS

BODGAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa Em Educação:** uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora-1994.

BORGES, Juliana Diniz Guitierres. GARCIA, Maria Manuela Alves. **O livro didático para professoras de Educação Infantil: Um artefato pedagógico da subjetivação docente.** Linguagens, Educação e Sociedade, Universidade Federal do Piauí, 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**, 2010. Disponível em: <<https://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>>. Acessado em: 11 set, 2023.

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinarias** / Maria Isabel Edelweiss Bujes, - Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. **A educação infantil como investimento em capital humano:** governamentalidade e gestão de riscos como pauta da expertise econômica. X ANPED SUL, Florianópolis, outubro de 2014.

FOUCAULT, Michel. **O sujeito e o poder.** In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

SANTAIANA, Rochele da Sila. SILVA, Veronice Camargo. GONÇALVES, Laila Gabrielle Naymaer. **Governo da infância: Uma análise da BASE Nacional Comum Curricular da Educação Infantil.** Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 1183-1203, ago./ago., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina.

VEIGA-NETO, Alfredo. Por que governar a infância? **Michel Foucault: o governo da infância**/ Haroldo de Resende (Organizador). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. – (Coleção Estudos Foucaultianos)